



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CONTRATO N. 003/2023/SEMFA - PMSG

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS (e-CPF) PARA PESSOAS FÍSICAS, GERADO E ARMAZENADO EM DISPOSITIVO CRIPTOGRÁFICO TIPO A3 (TOKEN USB), QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A CÂMARA DE DIRETORES LOGISTAS DE SÃO GONÇALO.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2023, o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 28.636.579/0001-00, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n. 721, Estrela do Norte, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo Ilustríssimo Secretário Municipal de Fazenda, com fulcro no Decreto Municipal n. 186/2013, o Sr. **Randhal Juliano Barreto Coelho**, brasileiro, casado, funcionário público portador da Carteira de Identidade nº 108394081 expedida pelo DICRJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. 081.535.917-97, e do outro lado a Câmara de Diretores Lojistas de São Gonçalo, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 491, Estrela do Norte, São Gonçalo RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o n. 28.638.138/0001-30, neste ato representada pelo **Sr. Mario dos Santos**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade n. 830097572/IFPRJ e inscrito no CPF sob o n. 422.613.687-04, assina o presente Contrato para a prestação de serviço de aquisições de certificados digitais (e-CPF) para pessoas físicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico tipo A3 (Token USB), o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, pelo Termo de Referência, parte integrante deste contrato independente de transcrição e, atendidas as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 . O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO DE 50 (CIQUENTA) DISPOSITIVOS CRIPTOGRÁFICOS TIPO A3 (TOKEN USB), COM ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO DO CERTIFICADO DIGITAL E-CPF ICP-BRASIL** com validação presencial na sede do Município que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57 e seus incisos, da Lei n. 8.666/1993 e das seguintes condições:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 14.950,00 (catorze mil, novecentos e cinquenta reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 2024.04.122.1001.2.103

Código da Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte 1.500.0000.000.0000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

4.2. No (s) exercício (s) seguinte (s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pelo Município no prazo de 30 (trinta) dias, contados da autuação do processo administrativo de pagamento, que deverá estar instruído de acordo com as normas legais e Portaria n. 037/2019/SEMCI, publicada no Diário Oficial em 11/10/2019, comprovando ou evidenciando a prestação dos serviços executados, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pela contratada.

5.2. A autuação do processo administrativo de pagamento será de responsabilidade da contratada, podendo ser pactuada, mediante termo, a inversão da obrigação para a contratante, neste último caso, caberá à contratada a apresentação dos documentos.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/ Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

5.5. O contratante efetuará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

5.5.1. Não produziu os resultados acordados;

5.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

5.6. A contratada deverá apresentar os documentos contidos na Portaria n. 037/2019/SEMCI, publicada no Diário Oficial em 11/10/2019, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, mediante os documentos apresentados da contratada, situação de irregularidade, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada em situação irregular.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim quando:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do ICTI (Índice de Custos da Tecnologia da Informação).

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A contratada receberá do Município um pedido para emissão de uma determinada quantidade de certificados digitais. Essa quantidade poderá variar mês a mês. De posse do pedido, a contratada deverá comparecer a sede do Município para o processo de coleta de informações dos usuários, emissão do certificado e entrega do certificado digital instalado no token ao usuário.

7.2. A contratada deverá disponibilizar equipe adequadamente dimensionada para atendimento ao quantitativo de pessoas informadas pelo Município, de forma que a coleta dos dados seja realizada em um único dia. O atendimento deve ser realizado de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 17h. Uma vez coletadas as informações dos usuários, a empresa deverá realizar a entrega do token com o certificado digital instalado ao seu proprietário no prazo máximo de um dia útil.

7.3. No ato da entrega do token com o certificado digital instalado ao seu proprietário (servidor) a contratada deverá emitir “termo de entrega” ou documento similar, contendo dados pessoais do proprietário (servidor), no mínimo com os seguintes dados: nome, identidade, CPF e número de matrícula, que deverá ser assinado e datado, a fim de comprovar o efetivo recebimento.

7.4. A contratada deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis encaminhar uma via



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

do “termo de entrega” ou documento similar para a contratante no endereço Av. Pres. Kennedy, 721 - Centro, São Gonçalo - RJ, 24445-000 ou pelo endereço eletrônico: cgab@pmsg.rj.gov.br e fazenda@pmsg.rj.gov.br.

7.5. O processo de validação presencial no Município deverá ser realizado na sede situada a Av. Pres. Kennedy, 721 - Centro, São Gonçalo - RJ, 24445-000.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. O prazo para início do serviço se dará em até 05 dias, a contar do pedido do Município, quando enviado por fax, endereço eletrônico ou portador, formulado por Nota de Empenho ou Ordem de Execução, cujo recebimento deverá ser formalmente confirmado pela contratada no prazo de 24 horas.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 30 (trinta) dias, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste contrato independente de transcrição.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. Na hipótese de verificação a que se refere a cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n. 8.666/93.

9.2. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

9.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

9.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.7. O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei n. 8.666/93.

9.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei n. 8.666/93.

9.9. A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores designados pelo Secretário Municipal de Fazenda, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial Eletrônico.

9.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e Termo de Referência;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Não permitir que os empregados da contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviços, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- e) Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas na cláusula quinta deste contrato.
- f) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com a norma legal.

10.2. Constituem obrigações da contratada:

- a) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo em questão;
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas em vigor;
- e) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;
- f) Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à contratante;
- h) Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- i) Instruir seus empregados quanto a necessidade de acatar as normas internas da administração;
- j) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- k) Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/02, a contratada que:

11.1.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas;

11.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.4. Fraudar na execução do contrato;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Não manter a proposta.

11.2. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações ao contrato e Termo de Referência, especialmente de inadimplemento das obrigações pela contratada, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

11.2.1. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

11.2.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão solicitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente.

11.2.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

11.2.4. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

11.2.5. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

11.2.6. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

11.2.7. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de 10 (dez) dias úteis, no caso da alínea d.

11.2.8. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

11.2.9. A advertência poderá ser aplicada, por escrito, quando a contratada infringir obrigações ajustadas no contrato e for a primeira falta, sendo-lhe concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO prazo para sanar as irregularidades.

11.3. A multa administrativa prevista na alínea b, da cláusula 11.2:

- a) Corresponderá ao valor de 0,03% (três décimos) sob o valor do contrato, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) Corresponderá ao valor de 8% sob o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea "b", será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

11.3.2. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser a contratada, assegurados em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante na alínea f, inciso I, do art. 109 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

11.3.4. O valor da (s) multa (s), aplicada (s) cumulativamente ou de forma independente, deverá ser depositado voluntariamente pela contratada, no prazo estipulado, na conta corrente a ser indicada na aplicação da penalidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

11.3.5. Não havendo o pagamento voluntário da multa aplicada por parte da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito em dívida ativa do Município e cobrado judicialmente.

11.3.6. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

11.4. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, da cláusula 11.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 01 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

11.4.1. A sanção mencionada no caput desta cláusula deverá ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

11.5. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea da cláusula 11.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

11.5.1. O processo de pedido de declaração de inidoneidade da contratada será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicada.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 8.666/93.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a contratante, observado o princípio da proporcionalidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

12.1. O presente termo de contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 da Lei n. 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo contratual.

12.2. A contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n. 8.666/93, sem que caiba a contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

12.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

12.4. A contratada reconhece os direitos da contratante em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n. 8.666/93.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à contratada:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este termo de contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

14.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitando o limite de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o que equivale ao limite da dispensa de licitação do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. O presente contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I - Por acordo das partes:

- A). Quando for necessária a modificação do modo de fornecimento do material, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- B). Quando for necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes;
- C). Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

II – Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

15.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das partes, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste contrato.

15.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização ao ordenador de despesas, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste contrato.

15.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas partes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

15.4. Serão para fins deste contrato casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

15.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste contrato.

15.6. No caso de não ser reconhecida pela contratante a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/93, na Lei n.10520/02 e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE

17.1. É vedado à contratada subcontratar ou transferir o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA TÉCNICA

18.1 A contratada assumirá plena responsabilidade pelos serviços prestados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

18.2. A existência e a atuação da fiscalização da contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

CLAUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

19.1. O presente contrato será publicado, em extrato, de acordo com o que dispõe o parágrafo único, artigo 61 da Lei n. 8.666/93, correndo tais despesas por conta da contratante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

20.2. A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20.3. É prerrogativa da contratante as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº. 8.666/93.

20.4. O Termo de Referência constitui parte integrante deste contrato independente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO:

21.1 - Obriga-se a contratada, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado, as partes contratantes assinam o presente Contrato em 02 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

	MARIO DOS SANTOS:42261368704 4
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CONTRATANTE	Câmara de Diretores Lojistas de São Gonçalo CONTRATADA

Assinado de forma digital por
MARIO DOS SANTOS:42261368704
Dados: 2023.07.05 17:24:11 -03'00'

TESTEMUNHAS:
